

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**HOMOFOBIA: A SEXUALIDADE NA ESCOLA, PRECONCEITO
EXPLÍCITO OU VELADO?**

MARCELLA DOS SANTOS ERBISTI

ORIENTADORA RIANE NATÁLIA SOARES VASCONCELOS

MARCELLA DOS SANTOS ERBISTI

**HOMOFOBIA: A SEXUALIDADE NA ESCOLA, PRECONCEITO
EXPLÍCITO OU VELADO?**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Faculdade UaB/UnB – Pólo de Alexânia. Orientadora Professora Riane Natália Soares Vasconcelos.

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELLA DOS SANTOS ERBISTI

HOMOFOBIA: A SEXUALIDADE NA ESCOLA, PRECONCEITO EXPLÍCITO OU VELADO?

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UaB/UnB. Apresentação ocorrida em 16 de abril de 2011.

Aprovada pela banca formada pelas professoras:

Professora Riane Natália Soares Vasconcelos (Orientadora)

(Examinador)

Marcella dos Santos Erbisti (Cursista)

BRASÍLIA – 2011

DEDICATÓRIA

A minha família por acreditar em mim e principalmente pelo incentivo nas horas em que mais precisei.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque sei que Ele esteve presente em todos os momentos desta jornada, me inspirando, iluminando e protegendo.

A minha orientadora Professora Riane Natália Soares Vasconcelos, meus agradecimentos sinceros, por suas observações, atenção e dedicação com que me orientou.

À tutora à distância Bianca Regina de Lima Salomão, que desde do início dessa jornada acadêmica acompanhou meu desenvolvimento, e orientou a mim e meus colegas de curso a sermos profissionais que abraçam a inclusão.

À tutora presencial Antonia Genesi Vieira dos Santos, que sempre com um lindo sorriso e palavras carinhosas me recebeu no Pólo de Alexânia.

À colega de curso Cecília Ramos Dutra Borges, que acreditou em mim e encorajou-me a concretizar esta monografia. Minha gratidão e meu carinho.

E todos que direta ou indiretamente contribuíram na elaboração deste trabalho com esclarecimentos e contribuições de informações; sem ajuda de vocês, sei que a realização deste se tornaria mais árdua.

RESUMO

Este trabalho monográfico aborda a questão da homofobia nas escolas e principalmente a importância do papel do professor no enfrentamento da mesma. No decorrer deste estudo foram desenvolvidos capítulos referentes ao conceito e um breve histórico da homofobia, focalizando os pressupostos da educação inclusiva; conteúdos sexistas e discriminatórios existentes na prática pedagógica, apontando a importância da sexualidade como tema transversal do currículo; também foi realizado estudo de campo em uma escola pública da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal na cidade satélite de Ceilândia e por fim análise de dados colhidos em uma entrevista semi-estruturada. Após a análise e discussão dos resultados, conclui-se que os professores estão tomando novas posturas em relação a inclusão de seus alunos e alunas independente de sua etnia, condição social, sexo, orientação sexual e credo. Porém, constatou-se que a homofobia ainda é uma realidade e que acontece de forma velada por parte de alguns professores. A nova visão que o educador deve ter de seus alunos e alunas tornam o trabalho educativo mais ousado, com quebras de paradigmas impostos pela sociedade de normalidade. A escola deve ser espaço para socialização, respeito a opiniões, ou seja, professores e professoras devem ter em seu dia-a-dia em sala de aula propostas de trabalhos pedagógicos com leituras para uma vida crítica e inclusiva.

Palavras-chave: homofobia, sexualidade, sexista, inclusão, professor.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 8 |
| I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 13 |
| 1.1. Conceito e a história da homofobia, na visão de uma educação inclusiva | 13 |
| 1.2. Conteúdos sexistas e discriminatórios em livros didáticos e currículos | 15 |
| 1.3. Gênero e sexualidade | 17 |
| II – OBJETIVOS | 19 |
| 2.1. Objetivo Geral | 19 |
| 2.2. Objetivos Específicos | 19 |
| III – METODOLOGIA | 20 |
| 3.1. Fundamentação teórica da metodologia | 20 |
| 3.2. Contexto da pesquisa | 20 |
| 3.3. Participantes | 23 |
| 3.4. Materiais | 24 |
| 3.5. Instrumentos de construção de dados | 24 |
| 3.6. Procedimentos de construção de dados | 25 |
| 3.7. Procedimentos de análise de dados | 26 |
| IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO | 27 |
| V – CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| REFERÊNCIAS | 39 |
| APÊNDICE | 44 |

APRESENTAÇÃO

Vivemos um momento no qual temos visto muitas discussões referentes aos direitos de igualdade e ao respeito por todas as pessoas, independente de condição física, condição social, etnia, credo e orientação sexual. O tema abordado no presente estudo tem como intenção analisar os discursos de alunos e alunas, de professores e professoras referentes às questões de sexualidade e, em especial, da homossexualidade.

O interesse por esse tema advém de minha prática profissional. Em 2008, após sair de sala de aula como alfabetizadora para atuar como orientadora educacional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF), presenciei nas escolas situações de exclusão de alunos tanto por parte de colegas de sala como por professores. Tal processo de exclusão desencadeou, não raramente, ocorrências de *bullying*¹.

Na escola em que atuo, é expressiva a presença de alunas e de alunos homossexuais assumidos. Isso se dá tanto no corpo discente como no corpo docente. O curioso é que contra a histórica maré de homofobia², não foi percebido ainda nenhum tipo de preconceito explícito vindo por parte dos alunos e das alunas ou por parte de professores e professoras.

Entretanto, sabendo que o assunto tange a sexualidade, o sexismo e a exclusão social, terei como problemática central pesquisar os comportamentos internalizados que os alunos e alunas reproduzem e se a homofobia, no espaço da escola, se dá de maneira velada ou explícita. Pretendo ainda, verificar se a sexualidade e as questões de discriminação como a homofobia estão presentes. No caso da homofobia, esta perpassa todas as relações sociais no espaço da escola, seja ela entre os alunos, entre os professores ou entre alunos e professores (ABRAMOVAY, 2009).

É importante lembrar que ninguém nasce preconceituoso, torna-se, aprende-se a ser excludente a partir do meio social em que se está inserido. Portanto, é

¹ *Bullying* corresponde a um conjunto de atitudes de violência física e/ psicológica que ocorrem nas instituições de ensino. É um tipo de agressão intencional, que ridiculariza, humilha e intimida suas vítimas (SILVA, 2010).

² O Brasil é “campeão mundial de assassinatos de homossexuais” (ABRAMOVAY, 2009, p. 192).

papel da escola assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso ao espaço escolar bem como para a permanência nele, sem que haja qualquer tipo de discriminação, como preconiza a Constituição Federal desde 1988. Conviver com o diferente traz benefícios e permite o crescimento de uma sociedade igualitária e consciente de sua diversidade. Pretendo ainda discutir a importância que nós profissionais da área da educação devemos dar a um olhar investigador para que haja qualidade em nosso trabalho, viabilizando, assim, a redução de tabus e preconceitos.

A sexualidade no ambiente escolar é vista como um discurso biológico com enfoque nos sistemas reprodutores masculino e feminino, ignorando aspectos da subjetividade humana. Segundo o guia Projeto Vidas Plurais (2010), a escola — enquanto instituição privilegiada do trabalho educativo — ocupa um lugar central na constituição da subjetividade e é entendida como uma instituição formadora. Kelman (2009, p. 3) explica que:

Nas relações interpessoais, por meio da linguagem, do sistema escrito e de outros conjuntos de signos, como a internet, por exemplo, as pessoas vão formando suas subjetividades, seu pensamento e sua ação. As instituições sociais tentam regular as funções interpessoais e mesmo intrapessoais, dentro do próprio indivíduo, como sua capacidade de pensar, planejar, memorizar, etc. Tomemos como exemplo a escola. Como instituição social, exige dos alunos determinados tipos de comportamento, como pontualidade, cumprimento das tarefas escolares e não outros, como indisciplina, desrespeito ou desmazelo com os recursos materiais, como o livro didático. As vidas humanas são organizadas, em parte, pelas instituições sociais.

Essa forma de percepção da subjetividade supõe que aquilo que somos não está pronto desde o nosso nascimento, mas que aprendemos ao longo de nossa vivência. Nesse processo de aprendizado, a educação ocupa um lugar fundamental. Com ela aprendemos a ser o que somos e também aprendemos maneiras de lidar com as coisas e com as outras pessoas. É também pela educação que aprendemos o que significa ser mulher e homem e como mulheres e homens devem se relacionar entre si (PROJETO VIDAS PLURAIS, 2010).

Em estudo ao texto complementar **Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades** de De Paula (2009), observamos que os indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e tantas outras diferenças culturais constroem sua própria subjetividade e identidade nos espaços multidimensionais do mundo contemporâneo. E nesse processo de aprender, a educação ocupa um lugar

fundamental. O processo de formação envolve a relação com os valores que circulam explícita ou silenciosamente em nossa sociedade. As imagens que temos de nós mesmos e mesmas, das outras pessoas e do mundo são totalmente atravessadas por valores, que nos apontam que é certo ou bom ser de um determinado modo e, sobretudo, que é mau ou errado ser de outro. Segundo De Paula (2009, p. 4):

A cultura escolar, no entanto, tem tido cada vez mais que se confrontar com a questão das diferenças culturais e isso tem trazido uma nova problematização ao campo educacional nos diferentes centros urbanos que participam da cultura mundializada diversas minorias e variadas “tribos”. As quais conferem identidade aos jovens e têm provocado o estranhamento de muitos, além de perturbar a tranquilidade da vida escolar.

Assim não podemos estigmatizar qualquer indivíduo que esteja em situação de vulnerabilidade, seja com necessidades especiais, negro, índio, mulher, criança ou homossexual. Entendo que para vencer os mitos e os preconceitos existentes em relação aos indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade — cabe à sociedade encarar esses grupos e aceitá-los como pessoas potencialmente capazes e, portanto, dignas de exercer a cidadania com plenitude. O fato de fugirem de um padrão dito “normal”, imposto pela sociedade que acredita em uma heteronormatividade, não significa que não possam ter os mesmos direitos que qualquer outro cidadão.

Quanto à questão da sexualidade, como foi dito, ela não deve ser vista pela escola apenas na visão biológica. Já suas várias formas de manifestação estão presentes o tempo todo “nas conversas dos estudantes, nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros” (LOURO, 1997, p. 131). Assim sendo, cabe a todos educadores e educadoras terem a consciência de que as questões de gênero, sexualidade e homofobia estão dentro da escola e devem ser discutidas. Devem-se trabalhar as múltiplas vivências sociais, históricas e culturais. Também é necessário repensar as identidades, entendendo que todos e todas são constituídos por múltiplas identidades — classe, etnia, gênero, orientação sexual, credo etc. — e que essas se interrelacionam posicionando-os nos diversos contextos.

Segundo Longaray e Ribeiro (2010), tanto identidade de gênero quanto identidade sexual são construções sociais que, por vezes, se confundem, mas que

têm grandes diferenças. Nossa cultura educa as crianças de forma diferenciada tomando por base modelos do que é feminino ou masculino. É a partir das diferenças sexuais e culturais que a sociedade cria ideias sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. A isso chamamos identidade de gênero. Já a identidade sexual refere-se às diferentes formas de experimentar os prazeres e os desejos corporais que podem se dar tanto em relações com parceiros do sexo oposto (heterossexuais), quanto com parceiros do mesmo sexo (homossexuais) ou mesmo com de ambos os sexos (bissexuais).

Partindo desse pressuposto, percebemos que, ao se manter o vínculo da sexualidade à ideia de reprodução, além de silenciar e negar as práticas e desejos corporais dos alunos e alunas, excluem-se as outras formas de viver tais práticas e desejos que não podem ser classificados como comportamentos heterossexuais (ALVARENGA e IGNA, 2004). Aceitar a heteronormatividade, por sua vez, também inibe a exposição do apoio às minorias sexuais, permitindo a permanência da homofobia, lesbiofobia, bifobia e outras formas de discriminação.

Uma grande aliada para vencermos a exclusão que se sobrepõem à vida de muitos e não daqueles classificados erroneamente como minorias é, portanto, a sociedade. Porém, a ingenuidade aqui não deve ser mantida ao se pensar que pura e simplesmente a sociedade fará algo de substancial em prol de alguma situação, se não tiver havido todo um processo, um caminho percorrido e mantido por nós educadores e educadoras.

Conclui-se então que é papel primordial da escola inclusiva, além de oferecer o acesso aos alunos com necessidades especiais, garantir também o acesso e direito a educação a todas as pessoas que de alguma forma estejam em situação de vulnerabilidade — social, econômica, ambiental, cultural, gênero, orientação sexual, étnica, religiosa, etc. A escola inclusiva é aquela que garante a permanência e se preocupa com o sucesso de todos seus alunos e alunas não só enquanto estes permanecem na escola, como também com seu futuro na sociedade.

Este trabalho monográfico que está voltado para a investigação do papel do professor frente à homofobia na escola, apresenta no seu desenvolvimento quatro capítulos. O primeiro capítulo trata da fundamentação teórica, o segundo dos objetivos, o terceiro capítulo aborda a metodologia adotada no trabalho. O quarto e

último capítulo, trata dos resultados construídos a partir do estudo realizado, analisados a luz da literatura.

I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*Na primeira noite, eles se aproximam e
colhem uma flor de nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem,
pisam as flores, matam nosso cão.
E não dizemos nada.
Até que um dia, o mais frágil deles, entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a lua e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.
E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada
Vladimir Maiakovski (1893-1930)*

Como foi dito anteriormente, a sexualidade na escola é discutida como reprodução humana e os sistemas genitais femininos e masculinos, esquecendo-se que sexualidade é muito mais do que isso. Sayão (2008, p. 45), afirma que “a sexualidade refere-se aos sentimentos, desejos, relacionamentos entre as pessoas, sejam homens, sejam mulheres, e incluímos nesse contexto, as crianças”.

A sexualidade, as identidades de gênero e as identidades sexuais são questões que precisam ser problematizadas nas escolas, uma vez que o silenciamento das questões sobre a diversidade sexual é uma forma de contribuir para o aumento da homofobia. Os profissionais da educação devem ter plena abertura para ouvir dos seus alunos e alunas relatos de seu dia-a-dia. Sua linguagem deve ter a eficácia pedagógica, e para isso deve se adequar a faixa etária e as especificidades culturais de sua clientela.

1.1. Conceito e um breve histórico da homofobia, na visão de uma educação inclusiva

A homofobia é a forma de preconceito de discriminação direcionada contra os homossexuais. Esse termo surgiu nos Estados Unidos no fim da década de setenta, mas somente no final dos anos noventa é que esse termo espalhou-se pelo mundo. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões. Assim, se o homossexual é culpado por sua opção sexual, sua condenação moral aparece como necessária, e sua natural. Se seus atos sexuais e afetivos são tidos quase como crimes, então sua exclusão é natural, e na pior das hipóteses o pior, seu extermínio, como acontece em alguns países do oriente (BORILLO, 2009).

Historicamente a homossexualidade durante muitos anos foi vista pela sociedade com outros olhos. Esta durante algum tempo foi caracterizada como uma doença, na qual se alegava que o homossexual deveria receber tratamentos para se “curar” de tal patologia. Dessa forma Furlani (2003, p. 153), explica que em 1869 era nomeada como “homossexualismo para caracterizar um comportamento ‘desviante’ entre pessoas do mesmo sexo”. O sufixo “ismo” refere-se à anormalidade, algo patológico, porém com a estruturação de seu conceito que passou no século XX, o termo homossexualidade passou a ser mais aceito, levando em consideração o sufixo “dade” do latim que significa “qualidade de”, fazendo referência a um tipo de orientação sexual, ou seja, a uma possibilidade das pessoas viverem a sexualidade e seus prazeres (FURLANI, 2003). Embora ainda há aqueles que caracterizam a homossexualidade como uma doença, no dia quinze de dezembro de 1973 a Sociedade Americana de Psiquiatria resolveu riscar a homossexualidade da lista oficial das doenças psiquiátricas. Até então a homossexualidade era considerada como uma doença psíquica.

Ao relegar a homossexualidade ao lado doente, anormal e impróprio, estaremos fazendo com que as pessoas que se identificam como homossexuais se escondam e se refugiem no silêncio e dando margem a homofobia.

Quer se trate de uma escolha de vida sexual, quer se trate de uma característica estrutural do desejo erótico por pessoas do mesmo sexo, a homossexualidade deve ser considerada tão legítima quanto a heterossexualidade. Borrillo (2009, p. 16), afirma que a homossexualidade:

De fato, ela não é mais que a simples manifestação do pluralismo sexual, uma variante constante e regular da sexualidade humana. Na condição de atos consentidos entre adultos, os comportamentos homoeróticos devem ser protegidos como qualquer outra manifestação da vida privada.

A homofobia é a atitude de hostilidade para com os homossexuais, relegando a eles um papel de marginal ou excêntrico; o homossexual é tido pela norma social como bizarro, estranho ou disparatado. Infelizmente estudos mostram que a homofobia já chegou às instituições de ensino, apesar de ser um tema até então pouco abordado quando correlacionado à escola (CASTRO, ABRAMOVAY e SILVA, 2004), e o Brasil como campeão mundial de assassinatos de homossexuais. Segundo Abramovay (2009), em pesquisa realizada em escolas públicas do Distrito

Federal, mais da metade dos estudantes (63,1%), alegam já ter visto pessoas tidas como homossexuais sofrerem preconceito.

Por falta de preparação adequada de docentes, atualmente a inclusão em muitas unidades de ensino do Distrito Federal tem-se resumido ao acolhimento fraternal de alunos com necessidades especiais e só. Embora esses procedimentos sejam necessários, não são suficientes para garantir que uma escola seja inclusiva.

O programa **Brasil Sem Homofobia**, desenvolvido em 2004 pelo Governo Federal busca o reconhecimento e a reparação da cidadania da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que sofrem com o preconceito e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, além de outros como de etnia, gênero, idade, deficiências, credo ou opinião política.

Rios e Santos (2009, p. 155), afirmam que “o fortalecimento desse marco, para o qual é imprescindível a concretização por todos os agentes envolvidos no processo educacional, será sem dúvida fator importantíssimo para a superação da homofobia entre nós”.

A construção de sociedades e escolas inclusivas, abertas às diferenças e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas, deve ser um objetivo prioritário da educação dos dias atuais.

1.2. Conteúdos sexistas e discriminatórios em livros didáticos e currículos

A figura da masculinidade ao longo da História está ligada a força física e da feminilidade está ligada a maternidade. E a escola produz e reproduz esse conceito. Uma prova disso é a Educação Infantil, que na maioria das vezes está ligada a figura feminina. Admite-se que os homens sejam biologicamente menos capacitados que as mulheres para cuidar de assuntos referentes ao lar ou cuidados de crianças pequenas; conseqüentemente a maioria das responsabilidades dos núcleos familiares ficam a cargo das mulheres.

Rios e Santos (2009, p. 147), afirmam que em estudo realizado por eles há constatação de que, em muitos livros didáticos predominam o silêncio sobre a diversidade sexual e a naturalização da heteronormatividade, “o perfil dos livros

oscila entre a incapacidade de representação plural das várias expressões da diversidade sexual como o reforço dos valores heteronormativos”. E, sob esta condição, a escola também produz (e não apenas reproduz) preconceitos, desigualdades, posições hierárquicas e normativas em seus múltiplos processos.

Embora, como já afirmado, seja possível perceber uma multiplicação de estudos na educação que analisem seus objetos de pesquisa a partir de questões relacionais de gênero e mesmo sexuais, há ainda lacunas importantes no que se refere em disciplinas escolares e de como seu ensino tem sido organizado e praticado ao longo do tempo, sob a perspectiva de gênero. Certamente muitas outras análises são possíveis e devem ser realizadas considerando a abrangência temática que o processo de escolarização supõe.

Importante considerar o que afirma Louro (1997, p. 124): uma “história da educação na perspectiva do gênero é mais do que uma opção teórica ou pedagógica; é uma opção política”.

A trajetória do livro didático no Brasil revela que ele mudou muito. Não foram apenas revisões em relação aos conteúdos, em relação a determinadas noções sobre “nação”, “cidadania”, “identidade”, entre outros. Segundo Silva (2006, p.6):

De modo geral os livros didáticos utilizados nas escolas trazem apropriações persistentes de imagens que informam um “mundo” ainda bastante masculino, de etnia branca, de idade adulta, que vivem em cidades, que estão trabalhando, que são cristãos, de classe média, heterossexuais, magros, sadios, entre outros padrões hegemônicos. Nesse sentido, portanto, devem cada vez mais ser analisados como pedagogias que inscrevem modelos normativos do que é ser uma família, do que é ser mulher, ser homem, ser criança, ser branco ou negro, heterossexual ou homossexual. A grande maioria das histórias acaba por fazer circular nas escolas representações de modelos tradicionais de família: pai, mãe, uma filha e um filho, todos brancos e perfeitos representando papéis fixados em determinados momentos da história e ainda muito pouco problematizados em livros didáticos de forma geral.

Pode ser questionado então que o livro didático é só um meio, é um texto, quem deve fazer os questionamentos são professores. Evidente que cabe ao professor propor atividades específicas, fazer as reflexões e problematizações necessárias que cada tema requer. Porém, muitas vezes, é possível observar que essa prática não acontece sistematicamente no cotidiano escolar.

Problemas com a formação docente? Mas também não reside aí especificamente a questão. Silva (2006) ainda ressalta que durante décadas de construção do saber escolar alguns conhecimentos, mais que outros, foram escolhidos como válidos e legítimos. Conhecimentos esses considerados mais importantes para a formação da criança e do jovem, do que propriamente o questionamento de posições normativas de gênero, de classe, sexuais, de etnias, dentro outros aspectos.

1.3. Gênero e sexualidade

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão, significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (LOURO, 2003).

Conforme registra o Minidicionário da Língua Portuguesa (BUENO, 1996) excêntrico é aquele ou aquilo que está fora do centro; é o extravagante, o esquisito; é, também, o que tem um centro diferente, um outro centro.

Louro (2003, p. 44) exemplifica essa visão com o centro e o excêntrico; ou, se quisermos dizer de outro modo, o centro e suas margens:

Ao conceito de centro vinculam-se, frequentemente, noções de universalidade, de unidade e de estabilidade. Os sujeitos e as práticas culturais que não ocupam este lugar recebem as marcas da particularidade, da diversidade e da instabilidade. Portanto, toda essa “conversa” pós-moderna de provisoriedade, precariedade, transitoriedade etc. etc. só pode se ajustar às mulheres, aos negros e negras, aos sujeitos homossexuais ou bissexuais. A identidade masculina, branca, heterossexual deve ser, supostamente, uma identidade sólida, permanente, uma referência confiável.

Em nossa sociedade, as desigualdades entre homens e mulheres são fortemente atribuídas às distinções de sexo, com conotações biológicas. Assim, sexo remete às diferenças físicas entre homens e mulheres. Todos nascemos com características que são específicas para homens e mulheres; um exemplo disso é a

capacidade das mulheres de procriar e amamentar. Muitas vezes essas características distintas são usadas pelos indivíduos na construção de um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais. Isso é o chamamos de gênero (VIANNA e RIDENTI, 1998).

É frequente encontrar professoras e professores convencidos de que erradicaram o sexismo de suas aulas porque tratam igualmente as meninas e os meninos, procurando não fazer nenhuma diferença entre eles e respeitando suas atuações, sua liberdade, sua maneira de ser e de pensar. Mas meninas e meninos chegam à escola marcados por uma série de elementos externos que os levam a criar para si mesmos uma imagem do mundo, influenciados pela sociedade que os rodeia. A escola não pode, de maneira nenhuma, deixar que seus alunos fiquem com ideias tão pouco evoluídas em relação a sociedade.

Moreno (2003, p. 23) analisa o papel da escola:

A escola pode contribuir para esse trabalho, analisando conjuntamente com as alunas e os alunos os papéis que a sociedade atribui a cada sexo (estudando os modelos que a televisão e as histórias em quadrinhos apresentam, realizando pesquisas, etc.) e ajudando-os a descobrir o que de bom e de mau tem cada um, mas, sobretudo, a limitação imposta a cada pessoas ao ter de se submeter aos estereótipos que a sociedade, gratuitamente, impõe a seu gênero.

É preciso que os educadores construam práticas que desconstruam a heteronormatividade valorizando a pluralidade, e então será possível que apareçam mudanças. A escola não só recria em seu interior preconceitos de gênero como também prepara as alunas para posições mais competitivas no mercado de trabalho, bem como estimula alunos para assumirem funções de provedores de cuidado (VIANNA e RIDENTI, 1998).

Portanto, é papel da escola e de seus educadores promover uma mudança significativa dessa desigualdade entre meninos e meninas (principalmente políticas e econômicas), trabalhando de forma corajosa as diferenças que unem e não separam meninos e meninas. Dessa maneira, o trabalho pedagógico construirá condições entre o masculino, feminino e sua pluralidade.

II – OBJETIVOS

*Primeiro levaram os negros, mas não me importei com isso.
Eu não era negro.
Em seguida levaram alguns operários, mas não me importei com isso.
Eu também não era operário.
Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso.
Porque eu não sou miserável.
Depois agarraram uns desempregados, mas como tenho meu emprego.
Também não me importei.
Agora, estão me levando.
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém...
Ninguém se importa comigo.
Bertold Brecht (1898-1956)*

2.1. Objetivo Geral

- Investigar a importância do papel do professor frente a homofobia na escola.

2.2. Objetivos Específicos

- Apresentar o conceito e um breve histórico da homofobia, focalizando os pressupostos da educação inclusiva;
- Identificar conteúdos sexistas e discriminatórios existentes na prática pedagógica, apontando a importância da sexualidade como tema transversal do currículo;
- Investigar a atuação do professor frente aos casos de homofobia, considerando as interações dos alunos em escola pública de ensino médio da cidade de Ceilândia-DF.

III – METODOLOGIA

*Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu.
Como não sou judeu, não me incomodei.
No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista.
Como não sou comunista, não me incomodei.
No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico.
Como não sou católico, não me incomodei.
No quarto dia, vieram e me levaram;
já não havia mais ninguém para reclamar...
Martin Niemöller (1892-1984)*

3.1. Fundamentação teórica da metodologia

A investigação teve caráter qualitativo e se preocupou com a potencialidade oferecida pelo contato direto do investigador com as situações estudadas através da pesquisa explicativa. Esta é bastante flexível, tendo, também, um caráter socializador, além de buscar realizar uma síntese entre o envolvimento do pesquisador e do grupo pesquisado, na dinâmica do processo de mudança social.

A pesquisa explicativa tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (Gil, 2002).

O estudo utilizará também o raciocínio dedutivo, que segundo Cervo e Bervian (2002, p. 34-35):

A dedução é a argumentação que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais (...) a técnica dessa argumentação consiste em construir estruturas lógicas, por meio do relacionamento entre antecedente e consequente, entre hipóteses e tese, entre premissas e conclusão.

Assim, o raciocínio dedutivo não se preocupa com a vivência da realidade, mas utiliza-se dos resultados interpretativos desta para dar sustentação a investigação científica.

3.2. Contexto da pesquisa

A escola selecionada é uma escola pública da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal na cidade satélite de Ceilândia que oferece três níveis diferentes em cada turno: Ensino Médio, Séries Finais do Ensino Fundamental e

Educação de Jovens e Adultos, no matutino, vespertino e noturno, respectivamente. Localizada na zona urbana, a escola atende 1.662 alunos divididos nos três turnos. Desse total de alunos, são atendidos na Sala de Recursos 18 alunos.

Com relação ao grupo de profissionais que atuam na escola, eles estão divididos da seguinte forma:

- Diretor;
- Vice diretor;
- 1 servidora readaptada na biblioteca (matutino);
- 1 professora readaptada na biblioteca (vespertino);
- 2 servidoras readaptadas na mecanografia (matutino e vespertino);
- 1 professor responsável pela Sala de Informática;
- 1 professor readaptado para auxiliar no apoio pedagógico (noturno);
- 2 supervisores pedagógicos (diurno e noturno);
- 2 supervisores administrativos (diurno e noturno);
- 3 coordenadores no diurno;
- 1 coordenador no noturno;
- 1 coordenador da escola integral;
- 1 orientadora educacional no diurno;
- 2 professores para atendimento na sala de recursos;
- 1 Secretária escolar;
- 7 assistentes de secretaria;
- 2 porteiros (diurno e noturno);
- 1 servidora readaptada encarregada de supervisionar a merenda;
- 10 servidores terceirizados da limpeza;
- 2 servidoras para a cantina;
- 3 servidoras terceirizadas para a cantina;
- 3 vigias noturnos;
- 74 professores em sala de aula.

Com relação ao espaço físico, a escola dispõe de:

- Sala de leitura;

- Sala de informática;
- Sala de direção;
- Sala do administrativo;
- Sala de coordenação;
- Sala das servidoras;
- Sala dos vigias
- Secretaria;
- Sala de Recursos/Orientação Educacional;
- Sala de professores;
- Depósito pedagógico;
- Depósito de material de limpeza;
- Cantina;
- Auditório;
- Lanchonete privatizada;
- Banheiro masculino para servidores;
- Banheiro feminino para servidoras;
- Banheiro para meninos;
- Banheiro para meninas;
- 20 salas de aula;
- Quadra descoberta.

Na atualidade este estabelecimento de Ensino conta com um quadro de professores com formação superior na área específica, sendo que alguns com cursos de pós-graduação, e funcionários administrativos com conhecimento de informática aptos a trabalhar com os programas da Secretaria dentre outros. No momento a escola tem um bom mobiliário e computadores que atendem parcialmente bem a realidade. As salas de aulas possuem de cadeiras e carteiras para os alunos, bem como mesa e armários para os professores. Há televisor e aparelho de DVD e dois ventiladores para cada sala de aula. Apesar da conscientização em favor da conservação do patrimônio escolar, ainda ocorrem depredações pelos próprios alunos.

A comunidade é caracterizada como carente materialmente, tem baixa renda, pouca infra-estrutura, caracterizada pela desestrutura familiar, grande número de

desempregados ou desqualificados profissionalmente, tem baixa escolaridade, carência cultural, há falta de espaço para o lazer e para o convívio social. Moram relativamente longe da escola, os pais são ausentes na formação dos filhos. Enfim, são pessoas simples, carentes financeira e culturalmente que necessitam de uma condição familiar mais saudável. Há uma carência afetiva presente. A grande maioria é beneficiária de algum programa social.

Por trabalhar com níveis diferentes em cada turno, estes apresentam características e problemas bastante distintos. No matutino, cuja principal clientela é de Ensino Médio — o foco dessa pesquisa — a falta de interesse e de pré-requisitos se destacam, tendo como pano de fundo as dificuldades sociais e a falta de perspectivas de crescimento por parte dos estudantes.

Em seu Projeto Político Pedagógico, muitos aspectos qualitativos são abordados. Entre esses aspectos estão: contribuir para a formação de um cidadão (estudante) mais ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e até mesmo, de viabilizar, mudanças sociais para um modelo de sociedade mais justa e solidária.

3.3. Participantes

Primeiro foi realizado um contato com direção e coordenação de uma escola pública de Ensino Médio da SEE-DF da cidade satélite de Ceilândia na qual atuo, a fim de apresentar o objetivo da pesquisa. Posteriormente, foi feito um contato com os professores que atuam com o Ensino Médio para apresentar a proposta de pesquisa, e enfim dar continuidade à pesquisa através da entrevista semi-estruturada aos professores e professoras dessa escola.

A entrevista conteve questões referentes às identidades sexuais, com o objetivo de obter informações que professores e professoras do Ensino Médio têm a cerca da temática em questão, ou seja, identidades sexuais, diversidade sexual, fatos que possam ter presenciado. Essas entrevistas foram escritas e a identidades dos participantes foram preservadas a fim de garantir sua privacidade.

Seguem, abaixo, algumas características dos professores entrevistados:

Professor A: sexo masculino, atua há dois anos na escola e possui pós-graduação em: Planejamento Educacional e Orientação Educacional. Área de atuação: História.

Professor B: sexo feminino, atua há dois anos na escola e possui pós-graduação em Orientação Educacional. Área de atuação: Matemática.

Professor C: sexo feminino, atua há seis anos na escola e possui pós graduação em: Administração Escolar e Metodologia do Ensino Superior. Área de atuação: Educação Física.

Professor D: sexo masculino, atua há quatorze anos na escola, possui graduação em: Matemática e Arte, e pós-graduação em: Administração Escolar e Metodologia no Ensino de Matemática. Área de atuação: Arte.

Professor E: sexo masculino, atua há cinco anos na escola, possui graduação em Pedagogia e Sociologia, pós-graduação em: Metodologia do Ensino Superior. Área de atuação: Sociologia.

Professor F: sexo masculino, atua há três anos na escola, possui graduação em Física. Área de atuação: Física.

3.4. Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais para a realização da aplicação da entrevista semi-estruturada: perguntas impressas e caderneta de campo, para anotações das observações feitas.

3.5. Instrumentos de construção de dados

Na condução de uma pesquisa, a construção das perguntas que serão feitas na entrevista é uma etapa longa que deve ser executada com muita cautela, tendo em mãos os objetivos da pesquisa claramente definidos, bem como a população a ser estudada. Esses questionamentos devem ser completos, no sentido de abranger as características necessárias para atingir a finalidade da pesquisa; ao mesmo tempo, não deve conter perguntas que fujam destes objetivos, pois quanto mais longo o

questionário, menor tende ser a qualidade e confiabilidade das respostas (BARBETTA, 2002).

Para Maciel e Raposo (2010, p. 17):

A entrevista, por exemplo, tem o propósito de converter-se em um diálogo, em cujo curso as informações vão aparecendo na complexa trama em que o sujeito as experimenta no seu mundo real. No curso desse processo, aparecerão inúmeros elementos de sentido sobre os quais o investigador nem sequer havia pensado, os quais se convertem em elementos importantes do conhecimento produzido, e enriquecerão o problema inicial, surgido de forma unilateral pelo investigador.

Segundo Moura, Ferreira e Paine (1998), a entrevista semi-estruturada apresenta-se sob a forma de um roteiro preliminar de perguntas, em que o entrevistador tem liberdade de acrescentar novas perguntas a esse roteiro, com o objetivo de aprofundar e esclarecer pontos que sejam considerados relevantes aos objetivos do estudo.

Assim, no presente trabalho foi utilizada entrevista semi-estruturada, contendo nove perguntas.

3.6. Procedimentos de construção de dados

Os critérios de escolha da instituição de ensino se deram, pois estou atuando nesta instituição de ensino como orientadora educacional a dois anos. Os professores e professoras entrevistados são colegas de trabalho, que atuam em regência no turno matutino e coordenam no vespertino, foi explicado a eles da minha conclusão do curso de especialização e de como precisaria da ajuda de todos para que respondessem algumas perguntas. Pode-se perceber resistência por parte de grande maioria do grupo, alguns foram diretos e responderam que não gostariam de participar, outros foram esquivos. A todo o momento foi enfatizado que a identidade dos personagens seria mantida em sigilo.

3.7. Procedimentos de análise de dados

As respostas dos entrevistados foram analisadas, não procurando uma resposta certa ou errada. Procurou-se dentro dos teóricos estudados verificar se as

respostas dadas pelos personagens completam ou não os objetivos propostos pela monografia.

IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO

*Primeiro eles roubaram nos sinais, mas não fui eu a vítima
Depois incendiaram os ônibus, mas eu não estava neles;
Depois fecharam ruas, onde não moro;
Fecharam então o portão da favela, que não habito;
Em seguida arrastaram até a morte uma criança, que não era meu filho...*
Cláudio Humberto, em 09 fevereiro de 2007

A entrevista semi-estrutura (Apêndice), que foi aplicada com seis professores é composta por nove questões, sendo que as três primeiras eram referentes a identificação dos entrevistados. Sendo assim, a análise de dados deu-se a partir da Questão nº 4: Durante a sua graduação, você recebeu alguma preparação para lidar com assuntos referentes a sexualidade?

Professor A: *“Durante minha formação acadêmica os meus professores não mencionaram em suas matérias nenhum tipo de conhecimento a respeito da sexualidade. Fui ter conhecimento porque eu fui atrás, na minha formação continuada fiz um curso pela UnB chamado “Vidas Plurais”. A partir daí comecei a olhar os alunos com outros olhos”.*

Professor B: *“Durante o curso de licenciatura plena não tive a oportunidade de participar de eventos referentes a sexualidade, nem cursos. O único curso que participei após minha graduação não ofereceu suporte que acredito que preciso, e os próprios professores não tinham preparo e conhecimento aprofundado”.*

Professor C: *“Diretamente não, não tínhamos uma matéria específica na faculdade, mas isso faz muitos anos. Às vezes surgia um comentário ou outro. Acho que hoje em dia deve ter”.*

Professor D: *“Na primeira graduação não (matemática). Eles só dão valor aos cálculos, esquece que quem vai fazer os cálculos é um aluno com sentimentos e sensibilidade. Já na segunda graduação (arte), houve disciplinas optativas referentes a tais assuntos”.*

Professor E: *“Não. Estudei o movimento feminista, mas isso nem perpassa com profundidade o assunto da sexualidade”.*

Professor F: *“Não”.*

Percebe-se pelas respostas dos entrevistados que assuntos referentes a sexualidade não foram abordados sistematicamente em sua vida acadêmica. Durante muito tempo, a sexualidade foi ignorada pelas escolas, provavelmente porque durante muitos anos o ensino foi fortemente influenciado pelo cristianismo. Hoje é indiscutível que a sexualidade deve ser abordada nas escolas, tanto que percebe-se na fala do Professor A e B, sua preocupação em aprofundar o assunto procurando cursos de formação continuada.

Tiba afirma (2008, p. 39):

Preparar professores, atualizar conhecimentos e manter contato próximo com os pais é indispensável para que a escola cumpra o seu papel na sexualidade do adolescente. Pois jovens menos ansiosos e mais felizes certamente terão um desempenho melhor em qualquer aspecto da vida. Até nas matérias escolares.

Questão nº 5 – Você se sente adequadamente capacitado(a) para lidar com assuntos referentes a sexualidade em seu dia-a-dia?

Professor A: *“De certa forma, tenho um pouco de segurança neste assunto, porém é necessário aprofundar o conhecimento nesta área devido a complexidade de casos que nos chega como educadores”.*

Professor B: *“Não. Falta investimento da minha parte na área educação referente ao tema. E preparo de profissionais”.*

Professor C: *“Sim, me sinto preparada. Preparada não na parte de anatomia, o funcionamento do sistema reprodutor (por mais que eu tenha estudado anatomia na faculdade). Mas dúvidas corriqueiras sim, principalmente quando os alunos vem em particular conversar comigo”.*

Professor D: *“Sim”.*

Professor E: *“Pra ser sincero eu fico um pouco constrangido, mas é meu papel dar suporte pro meu aluno. Caso eu não consigo sanar no momento alguma dúvida ou impasse eu peço ajuda de um colega, da orientação. Corro atrás”.*

Professor F: *“Eu tenho dificuldade sim de lidar com aqueles meninos mais delicados, afeminados, nunca sei se eles querem ser chamados de aluno ou aluna. Na época em que comecei a dar aula, não tinha isso em sala de aula, se o cara era gay ele não falava nem mostrava. Hoje em dia a TV incentiva a pessoa se assumir”.*

Com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, na década de noventa, a educação passou a reconhecer a importância de novas preocupações contemporâneas como: meio ambiente, saúde, sexualidade, éticas, igualdade de direitos e outros. Segundo Furlani (2003, p.67), neste cenário o processo de inclusão, nos currículos escolares, de temas como a sexualidade; é decorrente a inúmeras demandas como “a omissão familiar, as constantes políticas de saúde pública de HIV/Aids e o próprio apelo de crianças e adolescente para discussão da temática”.

Porém é comum algumas vezes profissionais da educação se depararem com situações de manifestações de sexualidade de seus alunos, e sua reação é de surpresa, por não dizer espanto. Essa reação se dá devido a falta de preparo. Existem professores que tem a visão de que seu aluno, por ainda não ser um adulto formado, é um ser angelical, ideia disseminada pelo cristianismo predominante na cultura ocidental e por uma geração que foi educada na época da ditadura (SAYÃO, 2008).

De qualquer forma, a sexualidade humana figura como um dos temas que gera perturbação, polêmicas e inquietações, pois não segue uma linearidade, não apresenta receitas, engloba diversos aspectos da vida do ser e tem diversas dimensões: biológica, social, psicológica, histórica, cultural, política, entre outras. Percebe-se essa inquietação no depoimento dos Professores B, E e F, e a falta de preparo para abordar esse assunto. Já os Professores A e C se dizem preparados, porém reconhecem que precisam estudar e aprofundar mais o assunto.

Os profissionais da área da educação devem ter um olhar investigador e ter a consciência que precisam se aprofundar mais em assuntos que tangem a sexualidade para que haja qualidade em seu trabalho com os estudantes, reduzindo assim tabus e preconceitos.

Questão nº 6 – Você já presenciou algum tipo de manifestação de preconceito ou discriminação a alunos(a) homossexuais na sua prática docente, seja por parte dos alunos(as) ou por parte dos colegas de trabalho?

Professor A: *“Já presenciei xingamentos por parte de alunos e em tom de “brincadeira” por parte do professorado, porém, acho que esta questão deve ser*

tratada com seriedade e dignidade humana. Precisamos de uma lei mais rígida como no caso da 'Maria da Penha'.

Professor B: *“Os professores em sua maioria são homofóbicos, só que escondem, porque sabem que agora pode dar processo. E os alunos também não têm consciência da situação da homofobia. Achem que xingar o colega de “viadinho”, não tem problema, que isso não é discriminação. Eles acham que homofobia é bater, matar quem é gay, como aconteceu em São Paulo”.*

Professor C: *“Muitas vezes. Por parte dos dois, os alunos são mais explícitos na hora de discriminar, se divertem em colocar apelidos. Já os colegas de trabalho são preconceitos velados, tem uma postura na frente dos alunos e nas coordenações agem como os próprios alunos colocando apelidos”.*

Professor D: *“Cansei que ver colega, na sala dos professores, fazer piada de gay ou rir dos trejeitos de X (aluno homossexual assumido). Mas o que me irrita mais é quando atrás desse preconceito vem um discurso religioso! Tem colega de trabalho que esquece que a escola é laica, e nosso compromisso é formar cidadãos plenos de seus direitos e deveres, e não evangelizar”.*

Professor E: *“Muitas vezes, tanto de uma parte como de outra. Tinha um infeliz de um professor que trabalhava aqui que tinha um prazer de falar: “todo homossexual deveria ser colocado no liquidificador e ser triturado”. Graças a Deus não trabalha mais aqui. Não conseguiu se adaptar ao grupo de professores e foi embora”.*

Professor F: *“Já vi sim”.*

Nota-se na fala de todos os entrevistados que atitudes discriminatórias homofóbicas são presentes no dia-a-dia escolar, tanto por parte dos alunos como por parte dos professores. Porém, essa atitude homofóbica por parte dos professores, segundo a fala dos entrevistados, é de forma mais velada; não explícita ao próprio aluno discriminado.

A homofobia, ou o tratamento discriminatório por jovens de ambos os sexos tidos como homossexuais, é um tema até então pouco abordado quando correlacionados à escola. Fora de seus muros, muitos artigos e estudos são encontrados com facilidade, porém tal prática tem crescido nas escolas. O

preconceito e a discriminação estão intimamente ligados à dificuldade de se lidar com o tido como diferente da norma. Nesse sentido, vale notar que a “norma”, na sociedade brasileira contemporânea, é personificada pelo homem branco, de classe média, heterossexual e católico (FURLANI, 2003).

Tanto professores e direção quanto servidores com distintas histórias de vida e modos de ver e viver o mundo podem não estar atrelados a uma perspectiva tolerante do exercício do respeito a sexualidade. Muitas vezes, os próprios profissionais não conseguem educar os estudantes para lidar com as diferenças. Os depoimentos mostram que os professores, assim como os estudantes, insultam e discriminam, pautados em uma hierarquia.

Infelizmente, o *bullying* faz parte da realidade de nossas escolas. Uns dos principais alvos do *bullying* são meninos e afeminados e meninas masculinizadas. O *bullying* é uma violência de gênero. A homofobia é um fenômeno complexo e variado. Podendo entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive a exterminação (BORILLO, 2009).

Questão nº 7 – Na disciplina em que você ministra, já percebeu conteúdos sexistas em livros didáticos ou na fala de seus alunos(as)?

Professor A: *“Como professor de História, acho que todo conteúdo deve ser analisado e modificado naquilo que for necessário. Como educadores temos que atualizar o conteúdo colocando dentro do nosso contexto social. Gosto de discutir a questão do direito ao voto conquistado pelas mulheres, a diferença salarial por conta do sexo e como o conceito de família mudou no decorrer da História”.*

Professor B: Sim. *“É necessário ponderar e conscientizar os alunos e professores quanto ao assunto”.*

Professor C: *“Uma vez fui trabalhar em uma escola, que os meninos só jogavam futsal e as meninas jogavam queimada ou vôlei. Achei um absurdo, mas vi que de imediato não ia conseguir mudar. Comecei acabando com a fila de meninos e meninas, então aos poucos fui trabalhando isso. No final do ano, todo mundo jogava tudo e montavam até times mistos”.*

Professor D: “Quando eu estava lecionando matemática não via isso. Já na arte sim, pois existe o estereótipo de quem estuda arte é gay. Quando toco no assunto da sensibilidade os meninos logo fazem piadinha, mas corto na hora! Na minha aula não!”

Professor E: “Eu costumo criar conflitos nas cabecinhas dos alunos, do que eles acreditam serem verdades únicas e plenas. Às vezes fico um pouco assustado com os valores que eles trazem de casa [...] acham que só a religião deles é que salva, que o colega pode ser gay, tudo bem, mas no final ele não vai pro céu. É meu papel questionar como professor de Sociologia, quebrar paradigmas, afinal ele é meu aluno e estou preparando ele para vida”.

Professor F: “Não vejo isso”.

Segundo relato de todos os entrevistados, exceto o Professor F, o conteúdo sexista em algum momento esteve presente em sua disciplina, seja pelo conteúdo ou na fala dos alunos e alunas. Porém estes se mostram preocupados com a postura sexista e procuraram de alguma maneira trabalhar a discussão em sala de aula.

A função da educação não se reduz à transmissão formal de conhecimento, sendo a escola um espaço público para a promoção da cidadania. A vivência escolar permite a apresentação da realidade social em sua diversidade.

Segundo Lionço e Diniz (2009, p. 9):

A discriminação é uma prática social que marca o cotidiano das escolas. Opera a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais e sociais [...]. A educação é uma ferramenta política emancipatória, que deve superar processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela reafirmação da ética democrática.

Uma escola com moldes tradicionais insiste em meninas delicadas, doces, passivas e de meninos agressivos, inquietos e durões. Na realidade, ninguém é absolutamente feminino ou masculino. Esses momentos alternam-se em nossas vidas dependendo da situação que enfrentamos independente de nossa orientação sexual (MORENO 2003).

O educador deve estar atento as diferenças individuais de seus alunos e estimular discussões sobre os papéis do homem e da mulher na sociedade. Assim

estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Questão nº 8 – Na escola em que trabalha, você percebe a inclusão de todos os alunos sem exceção?

Professor A: *“De certa forma a escola tem desenvolvido uma visão inclusiva, mas na minha opinião ainda não está preparada para este tipo de trabalho. Tanto na sua estrutura como no corpo docente. Falta investimento na área da educação referente ao tema e preparo dos profissionais. As leis já estão aí, falta é por em prática”.*

Professor B: *“É uma coisa difícil de encontrar, a inclusão total é rara. Falta estrutura física e preparo para todos os profissionais da escola. Aqui já houve reformas nos banheiros e nas portas das salas, mas tem muito ainda o que melhorar”.*

Professor C: *“A escola sim e a maioria dos professores também. Tenho notado que com o passar do tempo os professores tem percebido a importância da inclusão para a socialização do aluno. Há uns anos atrás a resistência era maior, o preconceito era claro, mas ainda bem que alguns colegas que tinham esse preconceito escancarado foram embora da escola. Acho que não agüentaram a pressão da direção e dos outros colegas para a inclusão ser total”.*

Professor D: *“Não, há muito em que melhorar neste quesito em todos os âmbitos: racismo, sexismo, social, homofóbico”.*

Professor E: *“Aqui a gente luta por todos não só o deficiente físico, há o respeito pela diversidade. Uma prova disso é nossa quadrilha da Festa Junina que tem aluno assumido gay e que até se transveste de mulher. E a comunidade assistiu a apresentação e eu não vi nenhum tipo de discriminação explícita, declarada. A inclusão acontece à longo prazo mas acredito que estamos caminhando”.*

Professor F: *“A escola sempre discute esse assunto”.*

Todos os entrevistados, exceto o Professor B, afirmaram que a escola na qual estão trabalhando, e foi campo de estudo deste trabalho, está preocupada com a

inclusão de seu alunado. Na visão do Professor B, nota-se a preocupação da falta de preparo da escola e professores, para que a escola torne-se totalmente inclusiva.

A escola inclusiva é aquela que tem a capacidade de entender e reconhecer no outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva colhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento intelectual, para os superdotados, para todas as minorias e para o estudante que é discriminado por qualquer outro motivo.

Diferente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que acessibilidade. Para Mantoan (2005, p. 1), uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil, inclusão é: “costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro”.

O corpo docente da escola inclusiva deve discutir o motivo de tanta repetência e indisciplina, de os professores não darem conta do recado e de os pais não participarem tanto da vida acadêmica de seus filhos. É importante ressaltar que a família e a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dele, os laços afetivos são importantes entre o indivíduo com a sua família como também na escola possibilitando que este possa lidar com conflitos, relações na sociedade de maneira sozinha ou em grupos (DESSEN e POLONIA, 2007).

De acordo com o Ministério da Educação e Desporto – MEC (1998, p. 10): “hoje presta-se atenção maior à diversidade, respeitando-se os diferentes grupos étnicos, sociais, religiosos, culturais e sexuais. Critica-se hoje em dia a estigmatização de determinados grupos sociais, e a sua inferiorização.”

Questão nº 9 – A escola e você tem promovido ações voltadas a inclusão escolar do alunos atendidos?

Professor A: *“Da minha parte posso falar que estou sempre lendo, me aperfeiçoando, investido na minha formação continuada para ser um profissional melhor”.*

Professor B: *“Na Semana da Inclusão a escola sempre faz um trabalho bem bonito com os alunos”.*

Professor C: *“Sim, a sala de recurso faz um atendimento bem bacana com os meninos especiais, a orientadora já realizou coletivas com os professores sobre respeito e bullying, e eu enquanto professora procuro no dia-a-dia fazer com que todos participem e respeitem. Qualquer tipo de gracinha ou piada eu corto na hora!”*

Professor D: *“Parcialmente, acho que tem muito a melhorar. Há a inclusão dos alunos que tem um “documento” escrito que ele deve ser incluso. Precisa é da inclusão de todos”.*

Professor E: *“Na minha disciplina sempre procuro trazer a tona assuntos sobre a inclusão, respeito ao próximo, diferenças. Trabalho muito a questão dos valores, que hoje em dia anda tão esquecida em nossa sociedade”.*

Professor F: *“Quando tenho alguma dúvida, sempre procuro a Sala de Recurso ou o SOE”.*

Percebe-se na fala da maioria dos entrevistados de que a escola, em sua totalidade preocupa-se e trabalha com a inclusão, porém, os entrevistados (Professores B, D e F), não citaram ações que eles mesmos realizam para implantar a inclusão em seu dia-a-dia em sala de aula.

Mantoan ressalta (2010, p. 4) a importância do papel do professor na escola inclusiva:

Os professores da escola regular precisam conhecer bem é um ensino para as diferenças. E não um ensino específico de uma deficiência, para um aluno com uma determinada dificuldade. Porque, quando aprendemos a ensinar para as pessoas como elas realmente são, nas suas diferenças, temos a capacidade de trabalhar com as pessoas de um modo muito mais aberto, heterogêneo, plural, rico em contribuições, do que quando buscamos a homogeneidade, a igualdade das respostas. A escola de hoje iguala mais do que estabelece a importância das diferenças. Os professores do ensino regular devem fazer uma revisão em suas práticas de ensino, em termos da sua abertura para as diferenças humanas.

O sucesso da inclusão escolar só acontecerá quando houver participação e a integração de todos os envolvidos no processo educacional — professores, direção, orientação, pais, alunos, políticos — enfim a comunidade como um todo. Na

verdade, a escola que inclui é aquela que além de oferecer o acesso das crianças com necessidades especiais, garante também o acesso e direito a educação de outras pessoas que de alguma forma sofrem algum preconceito — índios, negros, homossexuais, etc. — a escola inclusiva é aquela que garante a permanência e o sucesso de todos os seus alunos.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educadores onde estarão? Em que covas terão se escondido? Professores, há aos milhares. Mas professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor, educador, ao contrário, não é profissão: é vocação [...]. Professores são entidades “descartáveis”, da mesma forma como há canetas descartáveis, coadores de café descartáveis, copinhos plásticos de café descartáveis. De educadores para professores realizamos o salto de pessoa para funções.
Rubem Alves

Ao longo dessas linhas buscou-se inspiração, e sobretudo, na crença e convicção como educadora, de que o futuro está em uma educação inclusiva. Nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

Constatou-se nessa pesquisa monográfica que os educadores já estão tomando novas posturas em relação a inclusão e aceitação de seus alunos e alunas independente de sua etnia, condição social, sexo, orientação sexual, credo ou deficiência física. É preciso que professores continuem revendo as condições impostas pela sociedade do que é considerado “normal” e “certo”.

Porém, percebeu-se que a homofobia está presente no âmbito escolar na fala dos entrevistados e principalmente que muitas vezes esse preconceito está velado atrás de professores que ainda não despertaram para uma educação inclusiva em sua totalidade. Os professores precisam ter a noção que atitudes homofóbicas não são somente agressões físicas, xingamentos, apelidos pejorativos e piadas. Para Abramovay (2009, p. 200), quando há qualquer tipo de violência aos homossexuais vai contra qualquer direito à vida, à integridade e ao bem-estar de um indivíduo:

A desaprovação moral dos homossexuais faz com que sejam relegados a uma espécie de vida clandestina, já que não devem pertencer a qualquer público — logo, não podem ter direitos. Os únicos homossexuais pensadores como dignos de respeito são aqueles que se enquadram bem aos padrões de gênero e escondem qualquer comportamento que poderia ser identificado como gay.

Entretanto, mudar as condições implica em transformações no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico.

A sociedade de hoje exige da escola, principalmente o redimensionamento de todo trabalho educativo que engloba: ousadia, seleção dos conteúdos a serem

estudados, espaço para socialização, respeito a opiniões divergentes, enfim, novas propostas de trabalhos pedagógicos com leituras de mundo críticas e variadas.

Assim, a inclusão de todos os alunos e alunas ainda é um desafio que nossas escolas têm enfrentado. Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

Nessa perspectiva, comprometidos com o amanhã e com o futuro dos estudantes, da história, e porque não dizer da própria existência, incumbe-se aos educadores, através de um discurso pragmático e não meramente dogmático, persuadir o público que tem compromisso com a educação, a implementar ações voltadas para a formação do futuro cidadão, sendo o respeito a diversidade o mais ideal para essa conquista.

Por fim este trabalho mostrou não só a mim, mas acredito também a todos que participaram direta e indiretamente em sua construção, a importância de se conviver com as diferenças. Pois através dessa convivência pode-se afastar o fantasma do preconceito e formar jovens mais tolerantes. Que mudanças do cotidiano permitam avançar através da educação, rumo a uma sociedade livre, justa e igualitária, valores supremos de qualquer nação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian (coord.). **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 2009.

ALVARENGA, Luís Fernando Clage & IGNA, Maria Cláudia Dal. **Corpo e Sexualidade na Escola: as possibilidades estão esgotadas?** In SOARES, Dagmar Meyer Rosângela (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade*, p.62-72, Porto Alegre: Mediação, 2004.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplica às Ciências Sociais**. 5.ed., Florianópolis: UFSC, 2002.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana & DINIZ, Debora (Organizadoras). **Homofobia & Educação – Um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009. p.15-46.

BRASIL. **Programa De Capacitação De Recursos Humanos Do Ensino Fundamental, Educação Especial – Caderno de Estudo**. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial. Distrito Federal, 1998.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam & SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

CERVO, Amado L. & BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5.ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DE PAULA, Liana Salmeron Botelho. **Cultura Escola, Cultura Surda e Construção de Identidades na Escola**. Marília: Revista Brasil de Educação Especial, v 15, n.3, set/dez 2009. p.407-416. Disponível em: <http://uab.unb.br/moodle/file.php/542/Biblioteca_Modulo_VI/Texto_Complementar_da_Semana_4__Cultura_escolar_cultura_surda_e_construcao_de_identidades.pdf>. Acesso em 04 de junho de 2010.

DESSEN, Maria Auxiliadora & POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Ribeirão Preto: Paidéia, v.17, n.36, abr. 2007. p. 21-32 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 de março de 2010.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus sexuais**. In: **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. 2.ed., p.133-176. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe & GOELINER, Silvana Vilodre. (Organizadoras). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 66-81.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2002.

KELMAN, Celeste Azulay. **Módulo III – Sociedade, educação e cultura**. UAB/Unb. Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Disponível em: < <http://uab.unb.br/moodle/mod/resource/view.php?id=43373>>. Acesso em 01 de dezembro de 2009.

LONGARAY, Deise Azevedo e RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Problematizando a diversidade sexual na escola: um enfoque sobre homofobia**. Disponível em: < www.ceamecim.furg.br/vii_pesquisa/trabalhos/176.doc>. Acesso em: 12 de abril de 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe & GOELINER, Silvana Vilodre. (Organizadoras). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-52.

_____, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MACIEL, Diva Albuquerque & RAPOSO, Mírian Barbosa Tavares. **Módulo V – Metodologia e Construção do Conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão**. UAB/Unb. Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Disponível em: <http://uab.unb.br/moodle/file.php/544/Biblioteca_Metodologia/METODOLOGIA_E_CONSTRUCAO_DO_CONHECIMENTO_-_Contribuicoes_para_o_estudo_da_inclusao.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Escola de atenção às diferenças**. Entrevista realizada a TVBrasil em 18 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.sme.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-leituras/WEBENTREVISTAS/inclusao%20e%20o%20privilegio%20de....pdf>>. Acesso em 23 de janeiro de 2011.

_____, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Revista Nova Escola. edição 182 – maio de 2005. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/preview.shtml>>. Acesso em: 16 de março de 2010.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Tradução Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna, Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MOURA, L.; FERREIRA, M.C. & PAINE, P. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: EDUREJ, 1998.

PROJETO VIDAS PLURAIS, **Enfrentando a Homofobia e o Sexismo em sala de aula**. Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero (Nedig/Ceam/UnB). Distrito Federal, 2010. Disponível em: <http://aprender.unb.br/file.php/2566/biblioteca/guia_docente/VIDAS_PLURAIS_guia_docente.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2010.

RIOS, Roger Raupp & SANTOS, Wederson Rufino dos. Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional de Livros Didático. In: LIONÇO, Tatiana & DINIZ, Debora (Org.). **Homofobia & Educação – Um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009. p.133-159.

SAYÃO, Deborah Thomé. Infância, sexualidades e educação: aspectos das relações entre profissionais e crianças. In: SARTORI, Ari José & BRITTO, Néli Suzana (Org.). **Gênero na educação: espaço para diversidade**. 3.ed. Florianópolis: Genus, 2008.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullyng: Mentos Perigosos na Escola**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2010.

SILVA, Cristiane Bereta da. **Gênero e sexualidade nos livros didáticos de História: algumas questões sobre produções de subjetividades**. Santa Catarina: Anais do VII Seminário Fazendo Gênero 28, 29 e 30 de 2006. p.1-8. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Cristiani_Bereta_da_Silva_07_A.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2010.

TIBA, Içami. **Conversas com Içami Tiba**. vol. 2. São Paulo: Integrare Editora, 2008

VIANNA, Cláudia e RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Júlio Groppa (Organizador). **Diferenças e preconceitos na escola – alternativas teóricas e práticas**. 8. ed. São Paulo: Summus, 1998.

APÊNDICE

(Entrevista aplicada aos professores)



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



Prezado Professor(a), esta entrevista tem o objetivo de investigar a importância do papel do professor frente a homofobia na escola e as questões que tangem a sexualidade. Eu ajudarei a preencher as perguntas, fique a vontade para responder e seja sincero(a) em suas respostas. Essas informações serão utilizadas como eixo norteador de um trabalho monográfico apresentado para um curso de especialização. Suas respostas serão confidenciais, e sua identidade será preservada. Obrigada.

Cursista: Marcella dos Santos Erbisti

Monografia: HOMOFOBIA: A SEXUALIDADE NA ESCOLA, PRECONCEITO EXPLÍCITO OU VELADO?

1) Sexo: () Masculino () Feminino

2) Escolaridade: () Graduado () Pós-graduado () Mestre

Em qual área: _____

3) Há quanto tempo atua como professor (a) neste instituição de ensino?

() Menos de 01 ano

() De 01 a 05 anos

() De 06 a 10 anos

() Mais de 10 anos

4) Durante a sua graduação, você recebeu alguma preparação para lidar com assuntos referentes a sexualidade?

5) Você se sente adequadamente capacitado(a) para lidar com assuntos referentes a sexualidade em seu dia-a-dia em sala de aula?

6) Você já presenciou alguma tipo de manifestação de preconceito ou discriminação a alunos(as) homossexuais na sua prática docente, seja por parte dos alunos(as) ou por parte dos colegas de trabalho?

7) Na disciplina em que você ministra, já percebeu conteúdos sexistas em livros didáticos ou na fala de seus alunos(as)?

8) Na escola em que trabalha, você percebe a inclusão de todos os alunos sem exceção?

9) A escola e você tem promovido ações voltadas a inclusão escolar do alunos atendidos?
